

Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar

Relevant aspects for youth's decision making loop towards family-based farming upon generational succession process

Factores Relevantes para la Toma de Decisiones de los Jóvenes en el Proceso de Sucesión Generacional en la Agricultura Familiar

Cristian Rogério Foguesatto*, Felipe Dalzotto Artuzo**, Adriano Lago***
e João Armando Dessimon Machado****

RESUMO

A agricultura familiar tem especial importância na economia brasileira, sendo responsável por mais de um terço da formação do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário, gerando renda e subsistência para os agricultores que se enquadram como familiares. Entretanto, percebe-se que nas últimas décadas o meio rural vem sofrendo um processo de “esvaziamento” populacional, em virtude do êxodo rural, principalmente por parte dos jovens agricultores familiares. Nesse contexto, o estudo tem por objetivo analisar quais são os principais fatores que contribuem para a ocorrência do êxodo rural jovem na região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. Foram realizadas análises sobre o perfil e a condição socioeconômica de 68 jovens migrantes, que possuem vínculo empregatício no meio urbano, e com base em dados secundários foram identificados os municípios em que esses movimentos migratórios foram mais intensos. Os resultados apontam que fatores relacionados à renda (falta de renda satisfatória) e às políticas públicas (ausência de políticas públicas) contribuíram para o êxodo rural jovem, sendo eles considerados os dois principais fatores para a tomada de decisão dos jovens em não suceder as atividades dos pais na agricultura familiar.

Palavras-chave: Migração rural. Juventude rural. Racionalidade limitada. Sucessão. Tomada de decisão.

* Graduado em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Mestre e Doutorando em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cristian_rogeriof@hotmail.com

** Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Mestre e Doutorando em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: felipeartuzo1@hotmail.com

*** Graduado em Agronomia e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul Brasil. Atualmente é professor na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: adrianolago@yahoo.com.br

**** Graduado em Medicina Veterinária e mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutor em Economia Agroalimentar pela Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha. Atualmente é professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: joao.dessimon@ufrgs.br

Artigo recebido em jan./2016 e aceito para publicação em maio/2016.

ABSTRACT

Family-based farming holds an important role in Brazilian economy, accounting for over a third of the agricultural Gross Domestic Product (GDP) formation, generating income and subsistence for family-based farmers. Nevertheless, given the last decades, the rural population has decreased, due to rural exodus, mainly by the fact of young farmers exit. To the context, the essay is addressed to analyze the most relevant factors which are triggering the event of rural exodus from the youngsters in the state of Rio Grande do Sul (RS) Northwest's Colonial side. There had been certain analyses to the profile and the social economic status of 68 young migrants, who render labor activities in urban areas, and based on secondary data it was evidenced the number of municipalities where young migration was more expressive. The results appoint to the factors related to income (lack of satisfactory income) and public policies (lack of public policies) to contribute to the rural exodus, as to be considered two of the main features for the decision making in terms of discontinuing the succession in the family-based farming activities.

Keywords: Rural exodus. Rural youngsters. Bounded rationality. Succession. Decision making loop.

RESUMEN

La agricultura familiar tiene especial importância en la economía brasileña, siendo responsable por más de un tercio de la formación del Producto Interno Bruto (PIB) de la agropecuaria, generando ingresos y sub-existencia para los agricultores que se enmarcan como familiares. Mientras tanto, se percibe que en las últimas décadas el medio rural viene sufriendo un proceso de "vaciado" de poblaciones en virtud del éxodo rural, donde gran parte de estos migrantes son jóvenes agricultores familiares. En este contexto, el estudio tiene como objetivo analizar cuáles son los principales factores que contribuyen a la ocurrencia de éxodo rural joven en Noroeste Colonial del Rio Grande del Sur (RS). A partir de datos primarios, fue realizado análisis sobre la caracterización y las condiciones socioeconómicas de 68 jóvenes migrantes que poseen vínculo laboral en el medio urbano, y con base en datos secundarios, fueron identificados los municipios en los cuales estos movimientos migratorios son más intensos. Los resultados muestran que los factores relacionados con el ingreso (falta de ingreso satisfactorio) y las políticas públicas (falta de políticas públicas) han contribuido al éxodo rural joven. Estos son considerados los factores principales para los que toman la decisión de no seguir las actividades de los padres en la agricultura familiar.

Palabras clave: Migración rural. Jóvenes rurales. Racionalidad limitada. Sucesión. Toma de decisión.

INTRODUÇÃO

As atividades agrícolas colaboram de forma relevante para a economia brasileira, com a geração de empregos, diretos e indiretos, e a produção dos mais variados tipos de alimentos. Contribuindo com esse segmento, a região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul (RS) soma resultados expressivos na cadeia do agronegócio nacional. No entanto, conforme dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população rural desta região vem decrescendo nas últimas décadas.

Até meados dos anos de 1940, o Brasil era um país agrário com predomínio da população rural. Porém, dada a busca de melhores condições de vida, a taxa de urbanização do país, que era inferior a 30%, começou a aumentar de forma expressiva (SANTOS, 2005). Com o passar das últimas décadas, o índice populacional rural reduziu drasticamente em diversas regiões, sendo que um dos motivos para esse resultado é o desinteresse do jovem agricultor em permanecer no campo.

Nesse contexto, emerge o cenário da desvalorização do meio rural pela juventude, que com o passar dos anos, tem tomado a decisão de abandonar o campo. Esse processo é ressaltado por Brumer (2007), Panno e Machado (2014) como resultado de uma visão negativa do ambiente rural e das atividades exercidas nele em paralelo a problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas às novas gerações.

Com a ocorrência do movimento migratório rural-urbano, atualmente, cerca de 16% dos mais de 200 milhões de habitantes do país residem na zona rural (IBGE, 2014). Neste cenário, o presente estudo tem por objetivo analisar quais são os principais fatores que contribuem para a ocorrência do êxodo rural jovem na região no Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul.

1 A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: dilemas enfrentados pelos jovens

A propriedade familiar difere da patronal por características produtivas e de relação de trabalho. Conforme a legislação brasileira, a definição de propriedade familiar encontra-se no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, onde se lê:

- **propriedade familiar:** o imóvel que, direta e pessoalmente, é explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

A partir dos anos de 1990, com a criação de políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as atividades agrícolas familiares vêm passando por um processo de maior reconhecimento.

Na realização de suas atividades, há a associação de relações culturais e familiares com as produtivas, tendo relevância na produção de alimentos para comercialização e subsistência, e como fonte geradora de renda.

Apesar de sua importância, sendo responsável por aproximadamente um terço do PIB agropecuário e por 10% do PIB nacional, segundo os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2014), não estão ocorrendo processos de sucessão geracional na agricultura familiar nas últimas décadas. Esse desinteresse, principalmente dos jovens, em permanecer no campo é destacado por Brumer (2007), Panno e Machado (2014), que levam em conta determinadas características do meio rural, consideradas negativas.

A penosidade do trabalho, a falta de motivação e autonomia na realização das atividades agrícolas, a renda irregular e a instabilidade climática, são variáveis apontadas por Brumer (2007) como relevantes para a “expulsão” dos jovens do meio rural. Neste cenário, a autora enfatiza que o jovem também analisa os fatores de atração do meio urbano, entre eles, a maior gama de oportunidades econômicas. Nessa perspectiva, a categoria denominada jovem¹ pertence ao grupo social mais vulnerável aos movimentos migratórios, não participando, em muitos casos, da sucessão geracional da agricultura familiar (DREBES, 2014).

O processo sucessório na agricultura familiar é definido como a transferência de poder e a transmissão do patrimônio, sendo que, na Região Sul predomina a “sucessão tardia”, em que a transmissão dos bens patrimoniais ocorre ao final da vida dos pais, ou quando estes estão incapazes física ou mentalmente de gerir a propriedade (STROPASOLAS, 2006). Nesse contexto, em inúmeros casos, os jovens convivem com um importante dilema: a tomada de decisão entre permanecer ou não no meio rural, sucedendo as atividades dos pais. Essa questão de ficar ou sair gera incertezas sobre o futuro, relacionando diversas questões.

1.1 A TOMADA DE DECISÃO

As decisões são descrições de um possível estado futuro de determinados elementos, podendo tais descrições serem verdadeiras ou falsas. O processo decisório possui, ao mesmo tempo, conteúdos éticos e factuais, sendo composto por elementos de fato e elementos de valor (SIMON, 1972).

O autor também destaca que a tomada de decisão compreende quatro etapas principais: a) inteligência: é a fase inicial, nela ocorre a identificação de determinada situação e a busca por informações, com o objetivo de encontrar problemas e oportunidades; b) concepção: acontecem a análise e criação de soluções com base nas alternativas disponíveis; c) escolha: etapa de ação, em que acontece a seleção

¹ Conforme a Lei nº 11.129/2005, que criou a Secretaria e o Conselho Nacional da Juventude, órgãos responsáveis pelas políticas públicas relacionadas à juventude, classifica-se essa faixa etária da seguinte maneira: entre 15 e 17 anos, “jovens-adolescentes”; de 18 a 24 anos, “jovens-jovens”; e de 25 a 29 anos, “jovens-adultos” (CONJUVE, 2013).

de determinada alternativa visando atingir o melhor resultado possível; e d) revisão, é a última fase, em que são revisadas decisões passadas.

Na tomada de decisão, os indivíduos não são totalmente racionais, sendo impossível conhecer, avaliar ou perceber todos os elementos que estão disponíveis em determinado ambiente. Dessa maneira, destaca-se a racionalidade do ser humano.

A racionalidade preocupa-se com os processos de seleção de alternativas de comportamento preferidas, de acordo com alguns sistemas de valores que permitem avaliar as consequências resultantes desse comportamento. É a partir dessa gama de alternativas disponíveis que o ser humano, por meio da racionalidade limitada, analisa consequências futuras, buscando um resultado satisfatório, e realiza o processo decisório (SIMON, 1972). Nesse panorama, destaca-se a tomada de decisão no processo de migração dos jovens rurais para áreas urbanas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para fins de alcance do objetivo de pesquisa, o estudo se caracteriza como exploratório e explicativo, sendo construído com base em dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio de questionário dividido em duas partes: a) caracterização dos jovens migrantes; e b) fatores relevantes para a ocorrência do processo migratório rural-urbano. A amostra que contempla os dados primários é não probabilística, sendo obtida a partir da conveniência do pesquisador.

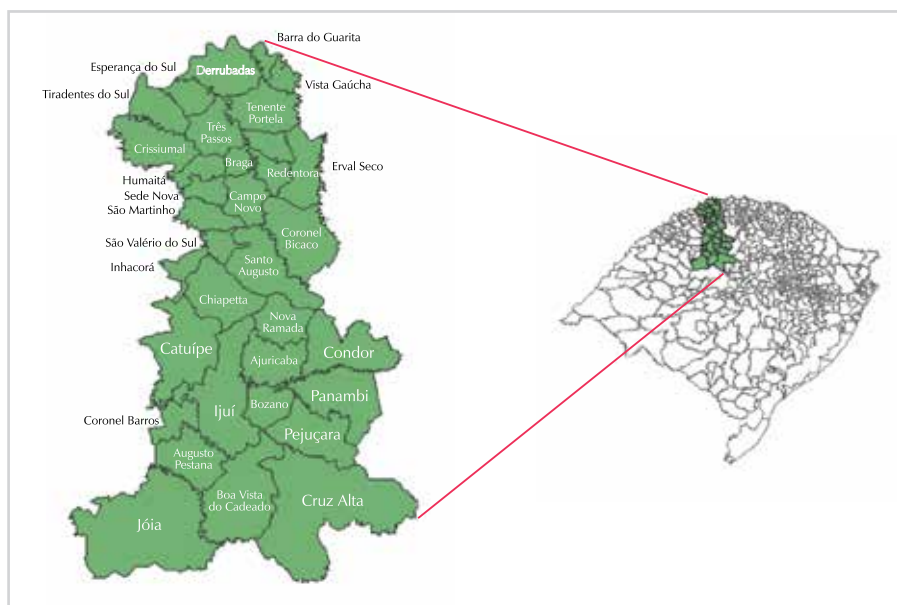
Os jovens pesquisados são filhos de agricultores familiares, com idade entre 15 e 29 anos, que migraram para as cidades e que hoje exercem atividades remuneradas no meio urbano, sendo que os pais ainda estão residindo no meio rural. O tamanho da amostra é de 68 respondentes.

Os dados secundários foram obtidos a partir do Sistema IBGE de Recuperação Automática. Nesse sentido, foi analisado o percentual dos jovens rurais em relação ao total da população nos censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul² foi a região escolhida para a realização da pesquisa (figura 1). A escolha dessa região se deve à importância da agricultura familiar na economia local e ao acentuado movimento migratório rural-urbano jovem, que vem ocorrendo nas últimas décadas.

² O Território da Cidadania do Noroeste Colonial abrange uma área de 13.334,30 km², é composto por 34 municípios e tem uma população de 373.369 habitantes (PORTAL DA CIDADANIA, 2013).

FIGURA 1 - MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM À REGIÃO DO ESTUDO



FONTE: Os autores

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS MIGRANTES

A frequência (número de jovens) e os municípios de origem da amostra são os seguintes: um, Bozano, Crissiumal, Erval Seco, Pejuçara, Redentora e Sede Nova; dois, Boa Vista do Cadeado, Campo Novo, Catuípe, Derrubadas, Humaitá, Inhacorá, Santo Augusto e São Martinho; três, Coronel Bicaco, Cruz Alta, Esperança do Sul e Panambi; quatro, Condor, Ijuí, Jóia e Nova Ramada; sete, Três Passos; e onze, Ajuricaba.

Em relação ao sexo, 58,8% da amostra (40 jovens) são homens e 41,2% são mulheres (28 jovens). No levantamento sobre jovens que possuem filhos, seis respondentes afirmaram tê-los, sendo a faixa etária destes acima dos 24 anos de idade. Destaca-se que a média de idade do total da amostra é de 23,44 anos, variando de 17 a 29 anos.

Saliente-se que, por ser uma amostragem realizada pelo método de conveniência, o estudo não evidenciou a predominância da migração feminina. Nesse aspecto, há na literatura inúmeras pesquisas sobre a masculinização da população rural, entre elas, a de Brumer, Pandolfo e Coradini (2008), que revela que 27% das moças e 19% dos rapazes da Região Sul afirmaram que não haverá sucessão nas atividades agrícolas realizada pelos pais.

Também merece destaque a pesquisa de Camarano e Abramovay (1998), em que foram analisadas as migrações no panorama nacional entre 1950 até meados da década de 1990. Conforme os autores, além de a maior parte dos indivíduos que

realizam o êxodo rural ser do sexo feminino, os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens. Na década de 1960, predominavam migrações na faixa etária de 40 a 49 anos, porém com o passar dos anos a concentração etária dos migrantes foi diminuindo, havendo destaque para os jovens de 15 a 19 anos na década de 1990.

No quesito escolaridade, percebe-se o interesse dos respondentes em cursar o nível superior e, em alguns casos, a pós-graduação. Em relação à graduação, aproximadamente 40% da amostra afirmou estar frequentando algum dos seguintes cursos, não havendo predominância sobre alguma área específica: Administração, Agronegócios, Biomedicina, Design, Direito, Enfermagem, Engenharia Agrícola, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica, Engenharia da Produção, Matemática, Letras e Zootecnia.

Cerca de 30% da amostra afirmou ter concluído o ensino superior e, destes, 10% cursaram ou estão cursando a pós-graduação. Há dois possíveis fatores para explicar esse considerável percentual de jovens migrantes estudando na graduação ou pós-graduação. O primeiro é que parte da amostra foi encontrada a partir de indicações de estudantes universitários. O segundo é ressaltado pela ampliação, de modo geral, das condições dos jovens em ingressar no ensino superior nos últimos anos.

Resultado semelhante é apresentado no estudo de Zago e Bordignon (2012), para o qual o ingresso no ensino superior não se constitui como estratégia de apenas um membro do grupo familiar rural, mas se estende, em muitos casos, para os demais irmãos, motivado pelos pais. Contribuindo com essa percepção, Medeiros e Moreira (2009) afirmam que quanto maior o nível de escolaridade do jovem, maior será o interesse em realizar o processo de migração.

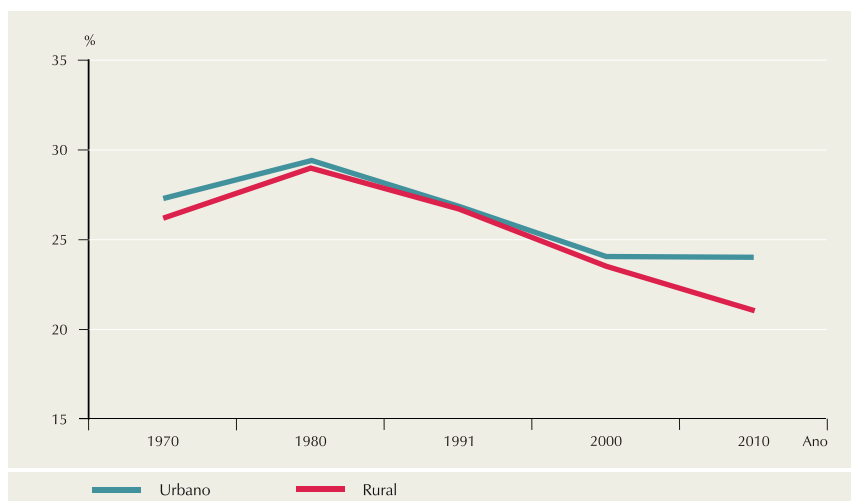
3.2 REDUÇÃO POPULACIONAL RURAL DA REGIÃO DO NOROESTE COLONIAL DO RIO GRANDE DO SUL

Conforme o estudo de Foguesatto e Machado (2015), onde os autores apresentam dados levando em conta os censos populacionais do IBGE desde a década de 1970, com o passar dos anos a população jovem rural está diminuindo, em contraponto com o aumento da população jovem urbana.

Analisando o contexto da região do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, nota-se, ao longo dos anos, que tanto a população jovem rural quanto a jovem urbana (com mais ênfase a partir do final dos anos 90) decresceram, porém no meio rural esse movimento foi mais intenso (figura 1). Como possíveis justificativas para este acontecimento, podem ser destacadas a redução da taxa de fecundidade rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998) e/ou a migração dessa categoria etária para municípios fora da região estudada.

Ressalte-se que Derrubadas, Jóia e Sede Nova apresentaram decréscimo tanto na população rural quanto na urbana; no entanto, no meio rural, essa redução foi mais expressiva. Ainda, o município de São Valério do Sul apresentou acréscimo populacional rural e urbano, sendo que o aumento na área urbana foi maior.

FIGURA 2 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO JOVEM RURAL E URBANA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA ENTRE 1970 E 2010 NA REGIÃO DO NOROESTE COLONIAL - RS



FONTE: IBGE (2010)

NOTAS: Dados elaborados pelos autores.

As populações dos municípios estudados são normais, conforme o teste Kolmogorov-Smirnov.

Os municípios de Boa Vista do Cadeado e Bozano possuem informações apenas no ano de 2010. Barra do Guarita, Bom Progresso, Coronel Barros, Derrubadas, Esperança do Sul, Inhacorá, Nova Ramada, São Valério do Sul e Tiradentes do Sul possuem apenas a partir dos anos 2000; e em Joia, Sede Nova e Vista Gaúcha as informações são apresentadas a partir de 1991.

Nesse sentido, a tabela 1 destaca os municípios da região estudada, levando em consideração a proporção de jovens rurais com o total da população. Fica claro que os cálculos foram realizados levando em consideração os dados populacionais absolutos de cada município, não se considerando o desmembramento de regiões que vieram a se emancipar no decorrer da série temporal analisada.

TABELA 1 - PERCENTUAL DOS JOVENS RURAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO ENTRE 1970 E 2010 NA REGIÃO DO NOROESTE COLONIAL DO RS

MUNICÍPIO	PERÍODO				
	1970	1980	1991	2000	2010
Ajuricaba	22,70	21,95	19,22	11,27	7,79
Augusto Pestana	24,19	20,54	18,21	12,79	8,65
Barra do Guarita	-	-	-	16,10	12,63
Boa Vista do Cadeado	-	-	-		18,02
Bom Progresso	-	-	-	14,27	9,84
Bozano	-	-	-		13,68
Braga	25,01	20,83	16,37	9,86	7,64
Campo Novo	20,59	16,67	11,04	7,45	5,40
Catuípe	21,62	19,06	12,57	8,85	6,56
Chiapetta	24,13	20,84	13,39	11,47	8,33
Condor	23,60	21,43	15,15	10,21	7,88
Coronel Barros	-	-	-	15,57	10,17
Coronel Bicaco	23,04	19,02	14,69	10,18	7,05
Crissiumal	24,20	22,25	17,02	12,65	10,07
Cruz Alta	6,18	5,12	2,44	1,91	0,68
Derrubadas	-	-	-	17,12	14,20
Esperança do Sul	-	-	-	16,54	13,54
Humaitá	22,43	21,62	15,64	10,60	6,26
Ijuí	10,43	6,99	4,91	3,24	1,77
Inhacorá	-	-	-	10,34	8,82
Joia	-	-	21,31	19,53	16,80
Miraguaí	21,60	22,87	16,39	13,33	11,00
Nova Ramada	-	-		24,31	13,54
Panambi	14,80	6,71	4,33	2,71	1,37
Pejuçara	21,24	17,41	12,21	8,93	7,15
Redentora	16,14	23,33	19,16	16,06	18,71
Santo Augusto	20,85	13,84	12,54	6,04	3,82
São Martinho	23,78	22,58	15,72	11,99	8,14
São Valério do Sul	-	-	-	18,93	18,89
Sede Nova	-	-	15,91	12,09	8,97
Tenente Portela	22,29	21,38	14,38	9,54	7,90
Tiradentes do Sul	-	-	-	16,46	11,82
Três Passos	21,20	19,03	13,23	5,44	3,32
Vista Gaúcha	-	-	24,05	16,40	13,74

FONTE: Censo demográfico brasileiro (IBGE, 2010)

NOTA: Dados elaborados pelos autores.

Observa-se que no período analisado a proporção de jovens rurais foi reduzindo com o passar dos anos. Nessa óptica, os dados corroboram o aumento da taxa de urbanização do Estado.

Conforme Brito (2006), em meados de 1970, as populações jovens rural e urbana possuíam resultados absolutos aproximados. Entretanto, de acordo com Zuanazzi, Bandeira e Stampe (2014), a taxa de urbanização do Rio Grande do Sul, que era de menos de 70% nesse período, atingiu o valor de 85,1% em 2010. Assim, a não ocorrência da sucessão geracional na agricultura familiar contribuiu para esse movimento rural-urbano.

3.3 FATORES RELEVANTES PARA O Esvaziamento do Meio Rural

A maior parte dos respondentes prefere viver no meio rural (62%), levando em consideração fatores como: segurança, tranquilidade, independência na realização das tarefas, rotina menos exaustiva e custo de vida mais baixo. Contudo, alguns fatores foram relevantes para a decisão de realizar a migração para as cidades (tabela 2).

TABELA 2 - FATORES RELEVANTES PARA A OCORRÊNCIA DO ÊXODO RURAL

O QUE FALTA NO MEIO RURAL	%
Renda regular satisfatória	43
Políticas públicas	32
Escolas técnicas e universidades	25
Reconhecimento dos pais pelas atividades realizadas	24
Espaços de lazer	17
Tecnologias para facilitar o trabalho	13
Acesso aos meios de comunicação	12

FONTE: Os autores

O principal motivo para a decisão de deixar o meio rural é a falta de uma renda regular satisfatória. Esse resultado é semelhante ao encontrado no estudo de Altmann et al. (2003), em que 25% dos jovens filhos de agricultores desejam migrar para os centros urbanos, motivados pela baixa rentabilidade das atividades agrícolas, uma vez que fatores climáticos e de mercado constantemente afetam os sistemas de cultivo e criação no meio rural, comprometendo de forma negativa os resultados econômicos esperados. Nessa mesma percepção, Savian (2014) contribuiu, argumentando que a renda obtida pela família tem influência na decisão do jovem entre ficar ou sair do meio rural.

A falta de políticas públicas é retratada na pesquisa de Gervasio, Batista e Cavalcante (2015) como elemento que resulta na migração. Conforme os autores, a ausência ou ineficiência das políticas públicas voltadas à agricultura familiar interfere em oportunidades de comercialização e na garantia de renda.

O prolongamento dos estudos é visto como a primeira porta de saída dos jovens do meio rural; nessa óptica, a falta de escolas técnicas e universidades obteve destaque entre os fatores citados (SPANVELLO et al., 2011). Também ressalta-se que as perspectivas de saída são reforçadas pelas condições de lazer, uma vez que os jovens preferem o lazer urbano. A falta de espaços que proporcionem atividades

culturais e de lazer é um aspecto que vem sendo abordado, caracterizando-se como importante fator para a migração (CARVALHO et al., 2009).

3.4 CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS JOVENS NA ATUALIDADE

Após deixarem as propriedades de origem, residindo na atualidade em imóveis próprios, cedidos ou alugados, os jovens migrantes foram analisados segundo as condições sociais e econômicas dos centros urbanos. Mais da metade dos respondentes (60%) afirmou estar em melhores condições sociais e econômicas na atualidade; entretanto, 13% destes gostariam de voltar a residir na zona rural.

Esses resultados baseiam-se nas oportunidades de ensino e trabalho inexistentes no meio rural (GERVASIO; BATISTA; CAVALCANTE, 2015). Nesse contexto, apenas 3% da amostra (dois respondentes) afirmou estar em piores condições sociais e econômicas na atualidade (tabela 3).

TABELA 3 - CONDIÇÃO ATUAL DO JOVEM MIGRANTE

CONDIÇÃO	%
Estou melhor hoje	47
Estou melhor, mas gostaria de voltar	13
Estou na mesma condição	37
Estou em piores condições	3

FONTE: Os autores

Os migrantes justificam que, em muitos casos, exercem atividades de trabalho operacionais, com baixa remuneração, apenas para se manterem nas cidades estudando, visto que a família não tem condições de suprir todos os seus custos, despesas e gastos. Ainda assim, afirmam que se encontram melhores socioeconomicamente, ressaltando possuir uma remuneração fixa.

Por outro lado, os jovens que atuam em áreas técnicas ou de maior hierarquia organizacional, em virtude de já terem concluído uma graduação ou pós-graduação destacam que suas condições de trabalho e remuneração atual dificilmente seriam atingidas com as atividades que a família exerce no meio rural. Nesse panorama, além dos outros fatores já destacados, os movimentos migratórios estão atrelados à autonomia financeira desvinculada do patriarca da família (REDIN, 2014).

Além disso, a falta de independência na execução das atividades agrícolas, sendo os jovens, na maioria dos casos, ajudantes, e, em alguns casos, os conflitos familiares também são fatores expressivos para que, principalmente os jovens com maior escolaridade, migrem e construam uma nova vida fora do meio rural.

CONCLUSÕES

A população brasileira vem realizando processos migratórios, abandonando o meio rural com destino às cidades. Nos últimos anos, nota-se que esses movimentos ocorreram, inclusive, na faixa etária jovem, sendo que na região do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, com exceção de Redentora, todos os municípios apresentaram decréscimo populacional juvenil em relação ao total da população desde os anos de 1970.

A partir dos dados primários, percebe-se que, em geral, os jovens têm interesse em continuar estudando em diferentes áreas do conhecimento, as quais na maioria dos casos não estão voltadas a segmentos agrícolas. Ainda, apesar de 62% da amostra preferir viver no meio rural por razões de segurança, tranquilidade, rotina menos exaustiva, maior independência no trabalho e custo de vida mais baixo, determinados fatores pesam negativamente na tomada de decisão de permanecer no meio rural e suceder as atividades realizadas pelos pais na agricultura familiar. São eles a ausência de: a) renda regular satisfatória; b) políticas públicas; c) escolas técnicas e universidades; d) reconhecimento dos pais pelas atividades realizadas; e) espaços de lazer; f) tecnologias para facilitar o trabalho; e g) acesso aos meios de comunicação.

Por mais que nos centros urbanos, em muitos casos, os jovens exerçam atividades remuneradas apenas como complemento de renda para se manterem estudando, devido à pouca ou inexistente ajuda econômica familiar, levando em consideração variáveis negativas do meio rural e as oportunidades de ensino e trabalho encontradas no meio urbano, a maior parcela deles afirma estar em melhores condições sociais e econômicas após a migração.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, R. et al. **Perspectivas para a agricultura familiar**: horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa, 2003.
- BRASIL. Casa Civil. **Estatuto da Terra**. Brasília, 1964.
- BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, p.221-236, 2006.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8. **Anais...** Florianópolis, 2008.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v.15, n.2, p.45-65, 1998.

CARVALHO, D. M. et al. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47. **Anais...** Porto Alegre, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Conab participa de atividades pelo ano Internacional da Agricultura Familiar**. 2014. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=35711>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE). **Estatuto da juventude**. 2013. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/noticias/2013/03/18-03-2013-a-questao-da-idade-no-estatuto-da-juventude>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

DREBES, L. M. Projeto de juventude rural, campos de possibilidades e migração: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v.13, n.5, p.4087-4098, 2014.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. A tomada de decisão dos jovens no processo migratório rural-urbano no Brasil: panorama entre 1970 e 2010. **Enciclopédia Biosfera**, Goiania, v.11, n.21, p.2793-2802, 2015.

GERVASIO, W.; BATISTA, E.; CAVALCANTE, L. dos S. O êxodo da juventude camponesa: campo ou cidade? **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v.9, n.4, p.1-8, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 16 maio 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das unidades de federação**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

MEDEIROS, E. R. de; MOREIRA, I. T. Expectativa de jovens rurais quanto à migração: o caso de Cacimba de Dentro/PB. **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v.3, n.1, p.186-202, 2009.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural: partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.12, n.27, p.264-297, 2014.

PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios de Cidadania**. 2013. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/noroestecoloniais/one-community?page_num=0>. Acesso em: 07 dez. 2014.

REDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. **Informativo técnico do semiárido**, Pombal, v.8, n.1, p.37-43, 2014.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SAVIAN, M. Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.14, n.159, p.97-106, 2014.

SPANEVELLO, R. M. et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.45, n.2, p.291-304, 2011.

SIMON, H. A. **A capacidade de decisão e de liderança**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

ZAGO, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 9. **Anais...** Caxias do Sul, 2012.

ZUANAZZI, P. T.; BANDEIRA, M. D.; STAMPE, M. Perfil demográfico do RS: evolução, tendência e impactos econômicos. In: MATTOS, E. J. de; BAGOLIN, I. (Org.).

Desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul: já não somos o que éramos? Porto Alegre: Edipucrs, 2014.